

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Ação do MPF pede intervenção na Vale e mostra dificuldade de diálogo	2
Título: Fontes renováveis puxam fusões e aquisições no ano	4
Título: AES vende térmica e consolida estratégia de energia “limpa”	6
Título: Caso Navalny pode ameaçar gasoduto Rússia-Alemanha	8
Título: Grupos brasileiros disputam usina da Abengoa em SP	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Etanol põe ministérios em lados opostos	10
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Procuradoria pede intervenção judicial na Vale por barragens	11

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas — Do Rio****Título: Ação do MPF pede intervenção na Vale e mostra dificuldade de diálogo**

A ação civil pública ajuizada esta semana pelo Ministério Público Federal (MPF) pedindo a intervenção judicial na Vale, com o afastamento de diretores da empresa, evidencia as dificuldades de diálogo dos procuradores federais com a mineradora. A ação, ajuizada na segunda-feira, tornou-se pública ontem dias depois de o próprio MPF e outros órgãos estaduais e nacionais terem solicitado à Justiça que a mineradora seja condenada a pagar R\$ 54 bilhões em indenizações pela tragédia de Brumadinho (MG), ocorrida em janeiro de 2019. Ainda não houve decisão judicial em relação às novas demandas, tanto do bloqueio de mais recursos como da intervenção judicial na companhia, e a Vale prepara a defesa contestando ambos os pedidos, inclusive a “vedação” do pagamento de dividendos que também consta da ação apresentada na segunda.

A tentativa de se instaurar uma nova ação civil pública mostra que a relação entre a Vale e o MPF não é das melhores, e indica que um acordo definitivo, para encerrar todas as pendências de Brumadinho, pode estar mais longe do que o mercado esperava e do que a própria companhia tem indicado. A ação foi distribuída para a 14ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte, que vai definir se aceita ou não o pedido. Se houver negativa, o MPF ainda poderia tentar a segunda instância, via TRF-1, ou mesmo o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Fonte diz que na ação MPF volta no ‘túnel do tempo’ a janeiro de 2019, sem considerar mudanças adotadas

Em diversas ocasiões, os executivos da mineradora afirmaram que as negociações para um acordo mais amplo sobre Brumadinho, com as autoridades em Minas Gerais, continuavam a avançar. Fontes disseram ontem que o diálogo da Vale com as autoridades existe e é “construtivo” e uma demonstração disso estaria nos 14 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) acertados na área de segurança de barragens. Mas a existência de diversos interlocutores governamentais, do Estado de Minas Gerais e da União, explicita que os acordos não são fáceis uma vez que há visões diferentes sobre o tema. Significa que o que pode ser aceito por um promotor, talvez não sirva para outro.

Até agora existem duas ações civis públicas em andamento relacionadas ao caso Brumadinho, nas quais foram bloqueados R\$ 11 bilhões da Vale. Analistas de mineração de bancos têm questionado quando haveria condições de encerrar

essas ações e a mineradora mostra otimismo cauteloso, sugerindo que esse acordo poderia ocorrer desde que haja segurança jurídica e limites claros de desembolso. Até agora a Vale gastou US\$ 2,6 bilhões com Brumadinho e tem US\$ 3,4 bilhões provisionados que ainda vai desembolsar, um total de cerca de US\$ 6 bilhões. O pedido de nova ação civil pública, porém, joga mais incertezas nesse cenário 19 meses depois da tragédia.

Edmundo Antonio Dias, procurador da República do MPF e membro da Força-Tarefa de Brumadinho, disse que a ação ajuizada na segunda-feira tem um olhar “prospectivo”. Busca focar no futuro para evitar outros possíveis danos sociais e ambientais pela empresa. “Se trata de evitar a continuidade de uma política corporativa que tem se mostrado de continuados riscos à sociedade, à população, às comunidades próximas dos empreendimentos da Vale. Uma política corporativa que é desrespeitosa aos direitos humanos, entre os quais está um ambiente equilibrado”, disse Dias ao **Valor**.

Ele afirmou que na petição o MPF não explicita quais integrantes da diretoria da Vale poderiam ser afastados por um eventual interventor judicial. Caberia ao próprio interventor decidir. Em nota, o MPF disse que o pedido de intervenção, tentado via decisão liminar da Justiça, volta-se para funções corporativas encarregadas da elaboração e implementação de planos e políticas de segurança interna da empresa. “O MPF quer que seja nomeado um interventor judicial para identificar, em até 15 dias, os diretores e demais gestores da alta administração que deverão ser afastados de seus cargos, a fim de possibilitar que o interventor assuma todos os trabalhos atinentes à sua atividade”, disse o MPF. Há um foco grande da ação judicial sobre a segurança de barragens.

Também em nota a Vale disse que as atuais práticas de gestão de suas estruturas minerárias refletem as melhores referências globais do setor. “Em linha com o contínuo aprimoramento dessas práticas, conforme o seu desenvolvimento no mercado, a Vale implementou mudanças ao longo dos últimos 18 meses para fortalecer ainda mais a segurança de seus processos operacionais e de gestão de suas estruturas geotécnicas.”

Os executivos da Vale também têm destacado que a empresa, sob o comando de Eduardo Bartolomeo, que substituiu Fabio Schvartsman como presidente depois da tragédia, que ser uma referência na área de segurança na mineração mundial. A avaliação interna da empresa é que, desde janeiro de 2019, vêm sendo adotadas medidas importantes para reparar e indenizar as pessoas afetadas por Brumadinho.

Fontes criticaram o pedido do MPF por considerar que ignora as mudanças corporativas implementadas e os avanços obtidos desde janeiro de 2019. Fonte disse que o MPF consideraria que as medidas são para “inglês ver” quando, na

verdade, a companhia adotou ações concretas, algumas em resposta às recomendações do comitê independente de assessoramento extraordinário de apuração. Esse comitê foi constituído depois da tragédia e teve os trabalhos conduzidos por Ellen Gracie, ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). “Parece que o MPF voltou no túnel do tempo”, disse fonte. O MPF considera, porém, que as medidas adotadas pela Vale são insuficientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Fontes renováveis puxam fusões e aquisições no ano

O segmento de geração renovável de energia tem impulsionado as fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no setor elétrico neste ano. Dados da KPMG obtidos com exclusividade pelo **Valor** mostram que, de janeiro a agosto, foram 27 operações envolvendo ativos renováveis, o equivalente a quase 80% do total de transações. Isso representa um salto em relação ao observado nos anos anteriores: em 2018, os negócios somavam 53% do total e, em 2019, 61%.

Esse movimento está associado a uma série de fatores, como o menor volume de negócios no mercado regulado nos últimos anos, combinado à conjuntura mais favorável ao ambiente de contratação livre (ACL) de energia, avalia o sócio da KPMG no Brasil, Paulo Guilherme Coimbra. “Além disso, há uma oferta grande [de ativos] no mercado. Com a queda da demanda de energia por causa da pandemia, as empresas precisavam monetizar seus projetos de alguma forma. E há também um aumento das operações devido às agendas climática e ambiental, que entraram definitivamente nas metas das corporações.”

Coimbra afirma ainda que o mercado se tornou mais aquecido nos dois últimos meses, após um período de maior apreensão dos agentes por causa da pandemia. “Houve uma parada de março a junho, mas agora acelerou”. Segundo ele, os ativos de geração renovável têm atraído a atenção tanto de investidores estratégicos, quanto de grandes fundos de private equity e de pensão.

Ivo Bari, sócio do BVZ Advogados, afirma que, para investidores financeiros, os ativos de energia renovável são vistos quase como de renda fixa. “Com Selic baixa, juros baixos e mercado em crise, é sempre um bom setor para alocar dinheiro”. Segundo ele, há uma procura maior por empreendimentos que já estejam com contratos de compra e venda de energia assinados. “Projetos que só têm arrendamento da terra tendem a ser valorados a preços bem mais baixos. Ter o PPA é um grande diferencial”.

O sócio de Infraestrutura e Energia do Mattos Filho, Fabiano Ricardo Luz de Brito, observa que o número elevado de operações de M&A é algo estrutural do mercado de energia renovável, e não representa “mera fase”. “É muito comum que empresas se especializem numa única fase dos projetos, em desenvolvimento, construção, operação... É uma das razões para os projetos mudarem tanto de mão”. O advogado aposta que, quando houver a retomada dos leilões de geração, o mercado entrará num novo ciclo, dando mais impulso às transações de M&A.

Na abertura por fontes de energia, a quantidade de negócios em eólico e solar é praticamente igual, afirma Coimbra, da KPMG. Porém, ele destaca que as operações mais relevantes são de parques eólicos, porque envolvem projetos de maior porte.

Para o sócio fundador da Mercurio Partners, Alexandre Americano, o mercado solar ainda não proporciona grandes transações - com algumas exceções - devido à pulverização dos projetos. “Faltam empresas com portfólio grande de solar já em operação. Para termos operações maiores, o que falta é escala”, diz.

No futuro, Americano aposta que deve ocorrer uma “onda” de aquisições de empresas dedicadas à área de eficiência energética. “Vemos que o capital interessado nas renováveis está cada vez mais atrelado à eficiência energética. Já tem gente se posicionando, como a AES e a Engie. Acredito que as ‘startups’ vão dominar o mercado de ‘energy techs’ e os grandes agentes vão ir às compras”, diz o executivo, que já foi CEO da Eneva e é conselheiro da Renova Energia.

Entre os negócios mais relevantes concretizados neste ano, estão as compras de parques eólicos pela Omega. De julho para cá, a empresa anunciou a aquisição de participações em três ativos que, juntos, totalizam 765 megawatts (MW). Além disso, a empresa divulgou que está negociando a compra de mais 460 MW em ativos eólicos.

Também focada em energia renovável, a AES Tietê anunciou a compra do complexo eólico Ventus que pertencia à J.Malucelli no Rio Grande do Norte. Com 187 MW de capacidade, os parques estão 100% operacionais e ajudarão no desenvolvimento de cluster eólico no Estado, onde a Tietê já tem um acordo de compra de um projeto greenfield, apelidado de Cajuína, com 1,1 gigawatts (GW).

Já em solar, o destaque é a aquisição de nove parques pré-operacionais pela Brookfield. Anunciada em janeiro, a transação foi fechada com o grupo de engenharia e construção Steelcons e envolve um complexo de 278 MW no

Ceará. O investimento marcou a entrada do fundo canadense em energia solar no Brasil.

Houve ainda a investida da Eneva sobre a Tietê, que agitou o mercado por alguns meses. Apesar do fracasso da oferta, a geradora térmica já se mostrou aberta a olhar novos ativos renováveis. Segundo o **Valor** apurou, não há interesse da companhia em fazer oferta pela Omega, como chegou a ser aventado. Na Omega, também não há preocupação com isso. “Nós é que somos os compradores”, diz uma pessoa próxima à empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: AES vende térmica e consolida estratégia de energia “limpa”

A americana AES Corporation conseguiu se desfazer da usina termelétrica Uruguaiana (RS), ativo que destoava dos planos de ter um portfólio 100% dedicado à geração de energia renovável no Brasil. Com o desinvestimento na usina, o grupo passa a se concentrar totalmente nas fontes renováveis, através da controlada AES Tietê, consolidando no mercado brasileiro uma meta que persegue internacionalmente.

“A venda de Uruguaiana representa o fechamento de um ciclo para a AES no Brasil, é o último grande marco no projeto de ser 100% renovável e com uma pegada digital”, afirmou ao **Valor**, Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê. “A companhia já está fazendo esse movimento em muitos mercados em que atua, mas no Brasil, pela característica do próprio sistema, a AES vê um grande caminho”, acrescenta o executivo.

Ontem, o grupo AES anunciou a assinatura do contrato para a venda de sua participação na usina termelétrica Uruguaiana. A operação, cujo valor não revelado, foi fechada com a San Atanasio Energía (Saesa), empresa argentina que comercializa gás natural e energia elétrica. O empreendimento era controlado pela AES Brasileira, empresa do grupo AES (50%) e do BNDESPar (50%) - com a venda, o BNDES Par também saiu do ativo.

Localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, a termelétrica Uruguaiana é movida a gás natural e foi inaugurada em 2000. O empreendimento estava “hibernando” desde 2009, quando o fornecimento do combustível foi interrompido por causa da escassez de gás na Argentina. A geração foi retomada, em caráter emergencial, em 2013, 2014 e 2015, por períodos temporários.

Mesmo paralisado, o ativo gerava custos para a AES, que precisava mantê-lo pronto para entrar em operação, se necessário. Eram realizadas manutenção e preservação dos equipamentos de forma contínua, a um custo que ficava em torno de R\$ 10 milhões por ano.

Nas mãos de um novo controlador, a expectativa é que a usina volte a operar. “A Saesa tem muito mais habilidade, está acostumada a tramitar por dentro do mercado de gás argentino”, diz Freitas.

Uma das maiores geradoras de energia do país, a Tietê tem um portfólio ainda concentrado em hidrelétricas, mas nos últimos anos vem investindo fortemente na energia eólica e, em menor grau, na solar.

De acordo com Freitas, a Tietê continua estudando oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico. No mês passado, a companhia deu um passo importante ao anunciar a compra de um complexo eólico operacional no Rio Grande do Norte, o que ajudará a geradora a desenvolver um “cluster” eólico no Estado.

Sobre potenciais aquisições, o executivo afirma que a empresa está analisando alguns ativos. “Essa é uma linha de trabalho muito forte”. Porém, ressalta que a geradora trabalha com critérios muito rigorosos de retorno, compliance e sinergias operacionais para selecionar os projetos.

Além disso, a Tietê está tentando angariar novos clientes para seus projetos “greenfield”, através de contratos de compra e venda de energia (PPAs) de longo prazo ou acordos de autoprodução.

Outra linha de trabalho é o desenvolvimento de uma plataforma digital de comercialização de energia, que deve ser lançada em novembro. A ideia é capturar parte dos novos consumidores que devem migrar para o mercado livre nos próximos anos.

Em relação à medida provisória 988, o presidente da Tietê avalia que a retirada dos benefícios tarifários às fontes incentivadas de energia (eólica, solar, biomassa e PCHs) deveria ser acompanhada também do fim de subsídios a fontes não renováveis. “Na minha opinião, tem que ser isonômico”. Para ele, o governo deveria pensar em manter algum tipo de incentivo a usinas que usassem baterias para aumentar seu fator de capacidade. “Seria uma forma de fomentar uma tecnologia que melhora muito a eficiência e a competitividade do sistema elétrico”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/09/2020**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Caso Navalny pode ameaçar gasoduto Rússia-Alemanha

A premiê Angela Merkel está sendo pressionada a abandonar o projeto do gasoduto Nord Stream 2, que levaria gás natural da Rússia para a Alemanha, como forma de punir o Kremlin pelo envenenamento do opositor Alexei Navalny.

Parlamentares e diplomatas pedem que a premiê deixe de apoiar o projeto. Para membros da União Democrata-Cristã (CDU), de Merkel, o gasoduto não tem mais futuro após a Alemanha confirmar que Navalny foi envenenado com o agente químico novichok.

"A única linguagem que [Vladimir] Putin entende é a do gás natural", disse Norbert Röttgen, deputado da CDU e presidente do Comitê de Relações Exteriores da Câmara baixa do Parlamento.

Wolfgang Ischinger, ex-embaixador nos EUA, disse que punições como expulsar diplomatas podem não ser o suficiente. "Se quisermos enviar mensagem clara a Moscou, as relações econômicas devem estar na agenda", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/09/2020**Seção:** Agronegócios**Autor:** Camila Souza Ramos — De São Paulo**Título:** Grupos brasileiros disputam usina da Abengoa em SP

Três grupos sucroalcooleiros brasileiros apresentaram lances no leilão da Usina São Luís, da espanhola Abengoa Bioenergia Brasil, que está em recuperação judicial. Localizada em Pirassununga (SP), a unidade recebeu proposta de Mario e Adriano Ometto, seus ex-donos que venderam o negócio aos espanhóis em 2007; da Vale do Verdão, do empresário e fazendeiro goiano José Ribeiro de Mendonça; e do Grupo Ferrari, que já tem usina no município.

Todos propuseram o valor mínimo do leilão, de R\$ 385 milhões, mas cada um estabeleceu condições diferentes de pagamento pela usina, que será recebida como unidade produtiva isolada (UPI), sem dívidas.

A usina, com capacidade para moer pouco mais de 3 milhões de toneladas, vem operando com ociosidade de 35%. Mas sua unidade de cogeração é considerada

moderna e ela é próxima do Terminal de Paulínia e do eixo Rio-São Paulo, o que a torna atraente em relação a outras dezenas de usinas à venda no país.

As propostas foram abertas em 31 de agosto e devem ser avaliadas pelos credores, que receberão o valor. A decisão deveria ter ocorrido no mesmo dia, mas foi adiada para o dia 16.

Entre alguns credores consultados pelo **Valor**, a avaliação é que a melhor proposta é a da Vale do Verdão. A companhia, que já processa 7 milhões de toneladas de cana em três usinas em Goiás, propôs pagar R\$ 20 milhões em 30 dias após o recebimento da UPI; R\$ 20 milhões após 60 dias; R\$ 25 milhões após 90 dias; e mais 16 parcelas de R\$ 20 milhões a partir de julho de 2021, corrigidas por INPC.

O valor a ser pago supera o faturamento da Vale do Verdão na safra passada (2019/20), de R\$ 340 milhões, assim como o caixa do fim da temporada, de R\$ 80 milhões. Mas a compra deverá receber apoio da controladora, a Fronteira SA.

Seu dono, José Ribeiro de Mendonça, tem um longo histórico no agronegócio goiano. Afora as usinas, também possui fazendas de grãos e gado, além um haras e um museu em Orlandia com centenas de máquinas agrícolas, carros antigos e carruagens, que começaram a ser colecionados na década de 80.

Na disputa pela unidade, ele concorre com os Mario e Adriano Ometto, os antigos donos. Até hoje eles têm parte do terreno sobre o qual está erguida a usina, além de fazendas com 10 mil hectares nos arredores que fornecem cana à unidade - após venderem o negócio aos espanhóis, ficaram com as lavouras.

A proposta dos ex-usineiros é pagar R\$ 20 milhões em 90 dias após o recebimento da UPI, R\$ 139 milhões em até 71 meses e, a partir do 72º mês, pagar R\$ 33,502 milhões. O restante, R\$ 192,498 milhões, seria pago em nove parcelas anuais a partir do 84º mês. As parcelas mensais serão corrigidas pelo INPC, e a anual, pela taxa referencial - hoje em 0%.

Os Ometto usam a experiência no comando da usina para convencer os credores a aprovarem sua oferta, e o fato de serem fornecedores da usina - também são credores.

O páreo é ainda disputado pelos Ferrari, que têm uma usina a menos de 8 quilômetros em uma linha reta da planta da Abengoa. O grupo encerrou a safra passada com receita de R\$ 537 milhões e dívida líquida com o mercado financeiro de R\$ 381 milhões. Sua proposta é dividir a usina em duas empresas, uma agrícola e outra com os ativos de cogeração. A operação, porém, não é condicionante para a aceitação da oferta.

Os Ferrari pagariam R\$ 20 milhões após a transferência da companhia agrícola, que emitiria novas dívidas aos credores não sujeitos aderentes, aos credores essenciais e aos quirografários. As dívidas dos não aderentes e dos quirografários seriam pagas em parcelas corrigidas pelo CDI para os créditos em reais ou pela Libor para os créditos em moeda estrangeira. Para os essenciais, a correção seria pelo INPC.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2020

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Etanol põe ministérios em lados opostos

Relações Exteriores quer renovar isenção de tarifa para EUA; Agricultura é contra

O fim da cota de isenção para importação de etanol dos Estados Unidos abriu uma disputa no governo brasileiro e colocou em lados opostos os Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores. Desde o início deste mês, todo o etanol vendido pelos EUA ao Brasil paga tarifa de 20%. Até então, havia uma cota de 750 milhões de litros por ano que poderia ser exportada sem taxa, cujo prazo expirou em agosto. A renovação da isenção é o objeto da disputa, que deverá ser decidida pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o Estadão/ Broadcast apurou, o chanceler Ernesto Araújo quer dar mais prazo para os Estados Unidos e defende a renovação da cota por noventa dias.

A ideia é, nesse prazo, intensificar as negociações de um acordo com os americanos que envolva o acesso ao mercado deles do açúcar brasileiro em troca da retirada da tarifa do etanol importado pelo Brasil. Já o Ministério da Agricultura é contrário à renovação da cota e quer utilizar a cobrança imediata da tarifa como instrumento de pressão para que saia o acordo, que já vem sendo discutido há mais de um ano. A avaliação da pasta, segundo fontes, é que os americanos não sinalizaram nenhuma intenção de fechar algum acordo agora e que a prorrogação da cota deixa o Brasil sem cartas na manga.

Segundo a reportagem apurou, apesar de defender a abertura comercial, o Ministério da Economia ficou “no meio do caminho” nessa discussão, já que, para a pasta, o mais importante é conseguir o acordo mais abrangente possível. Assim como na Agricultura, fontes da área econômica também veem as eleições americanas como algo que pode ser “trabalhado” e não renovar a cota pode ser uma forma de pressionar pelo acordo que envolva o açúcar brasileiro. A decisão final quanto à renovação ou não da cota de etanol será do presidente Jair Bolsonaro, que, apesar de considerar Donald Trump seu principal aliado

internacional, vem sofrendo pressão dos produtores de cana-de-açúcar brasileiros pela manutenção da taxa.

Parlamentares do Nordeste, que é o destino do etanol americano, têm feito contato com o presidente e defendido a não renovação da cota. Nesta semana, os técnicos continuam em conversas sobre o assunto, que tem de passar pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), que reúne vários ministérios. Questionado, o Ministério da Economia informou que “o governo está construindo uma posição sobre o tema e que não tem um posicionamento definitivo, não cabendo, portanto, nenhum comentário sobre o assunto por parte da pasta neste momento”. Agricultura e Itamaraty não se manifestaram.

Retaliação. A questão do etanol é sensível para a campanha de reeleição do presidente Donald Trump, que está de olho nos votos do chamado “corn belt”, onde é produzido o milho, do qual é feito o etanol dos EUA. No início de agosto, o presidente americano, sem dar detalhes, ameaçou retaliar o Brasil pela cobrança de taxas sobre o etanol e disse que era necessário uma “equalização de tarifas”. A redução da cota para importação pelos EUA do aço brasileiro sem o pagamento da tarifa, anunciada na sexta-feira, foi vista pelo governo brasileiro como parte da retaliação prometida por Trump pelo fato de a cota do etanol ainda não ter sido renovada pelo Brasil.

Para os brasileiros, etanol e açúcar são derivados da cana e uma isenção de tarifas na compra do açúcar brasileiro seria ideal, o que permitiria a contrapartida de isenção do etanol americano. Nos EUA, porém, são dois lobbies distintos, já que lá o açúcar é feito de beterraba e o etanol, de milho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/09/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Procuradoria pede intervenção judicial na Vale por barragens

Ação pede afastamento de diretores. Empresa diz que aprimorou segurança

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para que seja determinada intervenção judicial na Vale. A ação se refere apenas a diretores que exercem funções corporativas encarregadas de elaborar e implementar planos e políticas de segurança interna da empresa.

A ação faz parte da Força-Tarefa Brumadinho, iniciada após o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em janeiro de 2019, que deixou centenas de mortos. Com a decisão do MPF, as ações da mineradora caíram 3,26%.

O MPF quer que seja nomeado um interventor judicial para identificar, em até 15 dias, os diretores e demais gestores da alta administração da empresa que deverão ser afastados de seus cargos, a fim de possibilitar que o interventor assuma estes trabalhos.

Em comunicado, o Ministério Público pede que o interventor elabore plano de reestruturação de governança da Vale, com metas de curto, médio e longo prazos.

A Procuradoria pede que a metodologia de trabalho siga “padrões internacionalmente reconhecidos em termos de medidas preventivas de desastres, de transparência e de responsabilidade’..

Segundo o MPF, a Vale desenvolveu uma “cultura interna de menosprezo aos riscos ambientais e humanos, na qual se apropria dos lucros de suas operações”.

Foi pedido que a Vale contrate auditoria independente, responsável por auditar a nova governança implementada. Esses relatórios deverão ser submetidos ao MPF, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Agência Nacional de Mineração (ANM).

A ação pede que seja suspensa a distribuição de dividendos até que o interventor ateste a colaboração da Vale com as medidas de intervenção.

A Vale informou que tomou conhecimento da ação pela imprensa. Em nota, diz que as atuais práticas de gestão refletem as melhores referências globais do setor. “A Vale implementou mudanças ao longo dos últimos 18 meses para fortalecer ainda mais a segurança de seus processos operacionais e de gestão de suas estruturas geotécnicas” disse.

A Vale cita a criação de Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário do Conselho de Administração e a instalação do Comitê de Auditoria e da Diretoria de Compliance para reforçar governança de risco e controle.

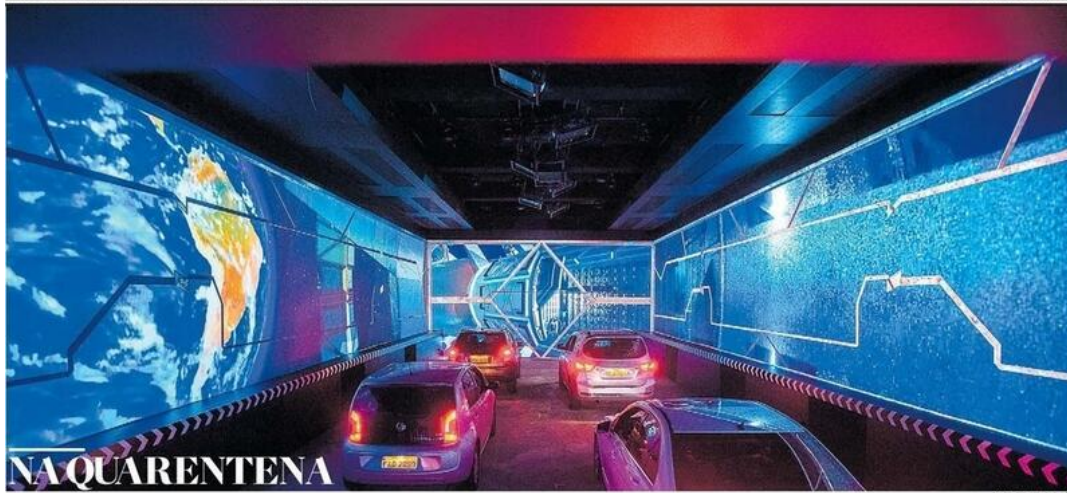
[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1856 - 1927)

Sexta-feira 4 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46343

estadao.com.br



NA QUARENTENA

NO ESPAÇO,
DENTRO DO CARRO

Espectáculo Vianova e os Viajantes do Espaço propõe experiência sensorial aos espectadores. PÁG. H2

UMA SÉRIE COM
EVENTO AO VIVO

The Third Day, com Jude Law, terá evento ao vivo como parte da trama. PÁG. H3



● **Dança ao vivo**
A São Paulo Companhia de Dança mostra coreografias no Teatro Sérgio Cardoso e se exibe ao vivo na internet. PÁG. H5

● **Música**
Adriana Calcanhotto faz apresentação online do show Sô, a partir do palco do Teatro Riachuelo Rio. PÁG. H5

Reforma facilita
contratação e demissão
de servidor público

Proposta é de criação de cinco tipos de vínculos, mas apenas um deles com garantia de estabilidade, após três anos; mudanças podem valer para os três Poderes

A proposta do governo de reforma administrativa entregue ontem ao Congresso prevê a flexibilização das regras de contratação e demissão de futuros servidores, mas, por determinação do presidente Jair Bolsonaro, blinda os atuais funcionários de mudanças em suas carreiras. A ideia é criar cinco novos tipos de vínculos para servidores públicos, mas apenas um deles com garantia de estabilidade no cargo após três anos de serviço. O texto mantém a previsão de realização de concursos

Análise

Ana Carolina Abrão

Reforma coloca a bola em campo para que o Congresso avance naquela que poderá ser a maior transformação estrutural do Estado brasileiro. ECONOMIA / PÁG. B4

públicos, mas também vai permitir o ingresso por seleção simplificada para alguns vínculos. Se o texto for aprova-

do, as mudanças vão valer para novos servidores federais, estaduais e municipais, do Executivo, Legislativo e Judiciário. Quem já ingressou nas carreiras manterá sua estabilidade e não terá corte na remuneração. O impacto financeiro da reforma administrativa não pôde ser estimado porque detalhes como a estrutura de cargos e as remunerações dos futuros servidores serão definidos nas fases a e d da reforma, cujos textos ainda não foram finalizados. ECONOMIA / PÁGS. B1, B3 e B4

O Estado em discussão

Executivo quer extinguir órgãos sem aval do Congresso. PÁG. B4

Carreiras de Estado não terão redução de jornada e salário. PÁG. B4

Proposta elimina uma série de benefícios do funcionalismo. PÁG. B3

Partidos já se articulam para apresentar emendas. PÁG. B3

União economiza R\$ 700 mi com servidor em home office. PÁG. B4

Maia afirma
que rompeu
diálogo com
Guedes

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que Paulo Guedes (Economia) proibiu a equipe econômica de conversar com ele e, a partir de agora, seu interlocutor será Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo). POLÍTICA / PÁG. A6

Retomada Verde

Um pacto verde para
acessar mercado global

A retomada brasileira passa por um pacto pela economia verde, sob risco de perder grandes mercados, concluiu debate promovido ontem pelo Estadão. METRÓPOLE / PÁG. A14

No exterior, ação
sanitária e diálogo
regem volta à aula

Estudo com 20 países em todos os continentes aponta que as nações bem-sucedidas na reabertura das escolas fizeram a retomada de atividades presenciais de forma voluntária, com protocolos sanitários e, muitas vezes, voltaram em conjunto ou até antes do comércio. A comunicação com os pais também foi crucial. Mesmo onde havia forte oposição à volta, as famílias com o tempo passaram a confiar nas medidas e enviaram seus filhos. METRÓPOLE / PÁG. A11

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	124.729
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	830
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	858
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.046.150
NOVOS CASOS DE TESTES POSITIVOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	44.728
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.247.610
*NÚMERO DE MONITÓRIOS EM SAÚDE	
Tempo em SP	10° Min. 31° Máx.

Biden prega
igualdade racial

O candidato democrata, Joe Biden, repetiu viagem feita dois dias antes por Donald Trump, mas adotou agenda oposta. Enquanto Trump se dedicou a falar com policiais em Kenosha, Biden preferiu encontrar a comunidade negra. INTERNACIONAL / PÁG. A8

Câmara do Rio rejeita
impeachment de Crivella

POLÍTICA / PÁG. A8

30 cidades de SP pedem
PM contra aglomeração

METRÓPOLE / PÁG. A12

Valor da Apple cai
US\$ 180 bi em um dia

ECONOMIA / PÁG. B12

Embraer demite 900
funcionários no País

A Embraer anunciou a demissão de 900 funcionários. Outros 1,6 mil aderiram a planos de demissão. Antes da pandemia, empresa empregava 16 mil pessoas no País. ECONOMIA / PÁG. B12

NOTAS & INFORMAÇÕES

A 'pauta verde'
sai do nicho

O mais importante para São Paulo e para os paulistas é a inclusão da agenda ambiental no eixo central das campanhas. PÁG. A3

A asfixia financeira do PCC
Cortar o fluxo de financiamento da facção criminosa é a melhor estratégia para minar seu poder. PÁG. A3



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.392

SEXTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Esporte B15

Espelho distante

Por falta de informação e dinheiro, movimentos sociais conduzidos por esportistas, como o que parou a NBA, nos EUA, são ainda uma realidade longe dos atletas brasileiros.

Ilustrada B7

Há 50 anos, a música brasileira começava a virar uma usina de clássicos sem igual

Reforma prevê funcionalismo menor, mas não atinge elite

Proposta apresentada pelo governo reduz número de carreiras; diplomatas e auditores são poupados

Após quase um ano de adiamentos em série, o governo apresentou ontem as linhas gerais da reforma administrativa. O pacote pretende racionalizar o serviço público e reduzir gastos com pessoal, mas poupa categorias de elite do funcionalismo.

O texto proíbe progressões automáticas, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade na maioria dos cargos, além de mais rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Serão atingidos futuros servidores dos três Poderes de União, estados e municípios, mas diplomatas e auditores não podem ter salários reduzidos. Militares, juizes e parlamentares ficam de fora — para eles há normativa própria, diz o Executivo.

A ideia na Câmara é votar projeto para reabrir as comissões, entre elas a CCJ, e apreciar o texto. Depois, será instalada comissão especial, de análise do mérito, antes de ir a plenário. A aprovação requer três quintos nas duas Casas. Mercado A15 a A18

Paulo Guedes proíbe sua equipe de conversar comigo, declara Maia em entrega de texto A17

Vinicius Torres Freire Proposta parece boi de piranha e não resolve nada de imediato A17

Indústria cresce pelo 3º mês, mas não repõe perdas

A produção industrial emendou o terceiro mês de alta, mas não eliminou por completo as perdas da pandemia. Segundo o IBGE, o crescimento em julho foi de 8%. O acumulado de três meses é de 28,8%, ainda 6% abaixo do nível de fevereiro. Mercado A18

Embraer anuncia cortes, e sindicato decreta greve

Mercado A19

Reinaldo Azevedo

Fui condenado pela mulher do amigo

Deltan Dallagnol me processou por danos morais, e terei de pagar R\$ 35 mil. A juíza que me condenou é mulher de um procurador que trabalha com Deltan. Parece-me certo que ela devia ter-se dado por suspeita para julgar. Poder A5

Facebook vetará anúncio político na reta final das eleições nos EUA A11

Não sei por que família Bolsonaro se preocupa, afirma Fernández A13

Projeto trava, e ligação de trem a Cumbica deve ter novo atraso B4



Bruno Kelly/Folhapress

TEATRO AMAZONAS RETOMA ESPETÁCULOS COM PÚBLICO E ORQUESTRA REDUZIDOS

Após seis meses, principal cartão-postal de Manaus reabriu ontem com apresentação para celebrar os 20 anos da Orquestra de Violões do Amazonas Corrida B16

Covid estabiliza em grandes cidades

O número de novos casos do novo coronavírus parou de crescer em 70% das 324 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes.

Entre os estados, 12 não têm nenhum grande município com aumento acelerado do contágio. Os números são do monitor da aceleração da Covid-19 da Folha.

Em 132 dessas cidades (41%), a situação é estável — a quantidade de novos diagnósticos de coronavírus é constante, mas o volume ainda é significativo.

Outros 95 grandes municípios (29%) estão em desaceleração, com número de novos casos em queda considerável, revela a ferramenta.

Nas demais 97 cidades (30%), porém, o estágio é acelerado, ou seja, a disseminação da Covid-19 está em ascensão, com crescimento de novos diagnósticos.

Há um mês, 72% dos municípios tinham um crescimento acelerado. O resultado considera adaptações feitas no monitor. Saúde B1

MÔNICA BERGAMO

Baixa renda pode estar mais em risco que médico de UTI

Um médico de UTI que trata pacientes de Covid em estado grave pode estar mais protegido do que um trabalhador de baixa renda e escolaridade de uma periferia, mostra inquérito sorológico. Ilustrada B8

Câmara rejeita abrir impeachment de Marcelo Crivella

Por 25 votos a 23, a Câmara do Rio rejeitou a abertura de processo de impeachment contra o prefeito Marcelo Crivella (República), acusado de improbidade administrativa no uso de funcionários para cerco da imprensa em hospitais. Cotidiano B5

Pandemia no Brasil

Brasil	Total	Onseto*	Variação**	Estágio
Casos	4 mil	40,2 mil	2,2%	
Óbitos	124,7 mil	858	+12,4%	Estável

Dados das 20h de 3 set. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

Estágio	Mapa
Acelerado	
Estável	
Desacelerado	
Reduzido	



Estados com mais óbitos

Estados	Total
1º SP	30,9 mil
2º RJ	16,4 mil
3º CE	8,5 mil

Situação nos municípios

Situação	Mapa
Acelerado	
Estável	

Estável	Mapa
Goiania (GO)	
Porto Alegre (RS)	
Uberlândia (MG)	
Campo Grande (MS)	
Brasília (DF)	

Biden visita família de negro baleado por polícia Candidato democrata conversou ontem com família de Jacob Blake, baleado pelas costas por policiais em Kenosha. Trump foi à cidade no dia 1º, onde encontrou com agentes. A11

Suspensos agentes que mataram negro por asfixia nos EUA

Mundo A11



Joe Biden fala a apoiadores em igreja luterana em Kenosha (Wisconsin) Ben Watson/AFIP

Escolha de vice e elo com Doria desafiam Covas

Com posto de vice ainda vago e a necessidade de enfrentar o elo com João Doria (PSDB), aliados de Bruno Covas (PSDB) têm demonstrado clima de certeza da vitória em SP. A4

Ministro do STJ que afastou Witzel poupou deputados

Poder A10

EDITORIAIS A2

Um primeiro passo Sobre o projeto de reforma administrativa do governo.

Relações tóxicas

A respeito do envenenamento de opositor russo.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS	189.213.054
VISITANTES ÚNICOS	35.510.663



SEGUNDO EM QUARENTENA
Bial de Berlim abre com participação recorde de brasileiros

O GLOBO

Diário (Rio de Janeiro) (30% TERC) — (2004-2019) Diário (Rio de Janeiro)



Debora Diniz: Antropóloga diz que caso da menina do ES reacende debate sobre aborto



UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

Reforma muda regras para servidores dos três Poderes

PEC propõe fim de privilégios como licença-prêmio e reajuste retroativo

O Congresso aprovou em 2019 uma nova regra de aposentadoria (PEC 302) que altera as regras para servidores públicos. A nova regra prevê que os servidores públicos não terão mais o direito de pedir a aposentadoria antes dos 60 anos de idade. Além disso, a nova regra prevê que os servidores públicos não terão mais o direito de pedir a aposentadoria antes dos 60 anos de idade. Além disso, a nova regra prevê que os servidores públicos não terão mais o direito de pedir a aposentadoria antes dos 60 anos de idade.



QUEM SERÁ AFETADO
Servidores públicos em todas as esferas: União, Estados e Municípios. A nova regra prevê que os servidores públicos não terão mais o direito de pedir a aposentadoria antes dos 60 anos de idade.



PRINCIPAIS MUDANÇAS
- Aumento da idade mínima para aposentadoria;
- Eliminação da licença-prêmio;
- Reajuste retroativo;
- Aumento da contribuição previdenciária;
- Criação de nova regra para servidores públicos.



Rio ganha 6 meses para renovar acordo fiscal

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, anunciou que o Estado do Rio de Janeiro ganhou 6 meses para renovar o acordo fiscal com o Brasil. O acordo fiscal prevê que o Estado do Rio de Janeiro pague uma porcentagem do PIB do Estado para o Brasil.



Por pouco, Grivella se salva na Câmara

O deputado federal (PSD) da Câmara dos Deputados, Grivella, foi votado para continuar no cargo. A votação ocorreu no dia 3 de setembro de 2020.

Militares terão mais verba para investimento

A Força Armada Brasileira (FAB) vai receber mais verba para investimento em 2021. O aumento de verba será de R\$ 1,5 bilhão.

Procuradores demissionários acusam chefe

Procuradores demissionários da Procuradoria-Geral da República (PGR) acusaram o chefe da PGR, Augusto Aras, de ter cometido irregularidades.

NOTÍCIA
Reforma radical do sistema judicial vai ser aprovada no Congresso

NOTÍCIA
Fome no país: mais de 10 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar

NOTÍCIA
O Brasil registra o maior número de casos de COVID-19 no mundo

NOTÍCIA
Brasil registra o maior número de casos de COVID-19 no mundo

Bota brasileira cai depois de Amazon anunciar suspensão

Depois de a Amazon anunciar a suspensão das operações no Brasil, a bota brasileira caiu.

Presidentes de bancos debatem projeto de reforma da lei do sistema

Os presidentes dos bancos brasileiros estão debatendo um projeto de reforma da lei do sistema financeiro.

O GLOBO premia a cobertura da pandemia de Covid-19

O GLOBO premiou a cobertura da pandemia de Covid-19.

Desvio e acidente na Barra



O acidente ocorreu na Barra, no Rio de Janeiro.

Governo pagou R\$ 208 milhões por testes sem aval

O governo pagou R\$ 208 milhões por testes sem aval.

CONTABILIDADE
4.046.150 | 124.729

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.902 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

AS NOVAS REGRAS

O Regime Jurídico Único deixa de existir. No lugar, a reforma introduz cinco diferentes tipos de vínculos

Novas formas de contratação

■ **Cargo típico de Estado**
Concursados com estabilidade após três anos de estágio probatório e vínculo de experiência

■ **Cargo por prazo indeterminado**
Concursados sem estabilidade. A duração do contrato depende das necessidades do Estado

■ **Vínculo de prazo determinado**
Substitui os atuais contratos temporários. A seleção pode ser simplificada

■ **Cargos de liderança e assessoramento**
Substituem os atuais cargos de confiança

Estágio probatório

Será considerado mais uma etapa do concurso público. Só os "mais aptos" serão empossados após o vínculo de experiência

Desligamento do servidor

Um projeto de lei vai regulamentar o desligamento por baixo desempenho. As medidas poderão ser aplicadas a atuais servidores

Vantagens e benefícios

O governo quer acabar, entre outros, com licença-prêmio; aumentos retroativos; férias superiores a 30 dias por ano; adicional por tempo de serviço; e progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço

O que a reforma muda para o servidor público

Proposta é tornar a máquina pública mais enxuta e eficiente, mas elite do funcionalismo continua intocada

Se for aprovada, a proposta de reforma administrativa que o governo entregou ao Congresso desburocratiza a complexidade atual do serviço público, com a redução das 117 carreiras existentes para, no máximo, 30. Mas, críticos consideram as mudanças tímidas e sem efeito fiscal imediato. Isso porque, na prática, valerão apenas para futuros servidores. Além disso, não alcançam

militares, nem a elite do Legislativo e do Judiciário, que detém os maiores privilégios. Hoje, as contratações de servidores se dão via concurso público, e todos são regidos por um regime jurídico único.

Com as novas regras, haverá cinco tipos de contratação (veja quadro acima). E somente integrantes de carreiras típicas de Estado terão estabilidade, atualmente garantida a todos. Também acaba com

privilégios, como licença-prêmio; férias superiores a 30 dias; promoções baseadas exclusivamente em tempo de serviço; e "punições" que viram aposentadorias compulsórias. PÁGINA 2

Os motoristas do DF têm mais 27 dias para pagar o IPVA 2020, as taxas para regularização e as multas dos veículos. No mês que vem começa a cobrança do licenciamento obrigatório. Mais de 400 mil contribuintes ainda não regularizaram a documentação. PÁGINA 17

Ed. Alex/CSO/A. Press



Monumento protegido

Soldados das Forças Armadas fizeram a descontaminação da Catedral como medida preventiva à propagação do coronavírus. Os militares usaram produtos à base de hipoclorito na igreja. Um dos principais pontos turísticos de Brasília, o local adotou medidas de segurança na pandemia e recebe cerca de 80 visitantes por dia. PÁGINA 18

Fiscalização de carros começa em outubro

Os motoristas do DF têm mais 27 dias para pagar o IPVA 2020, as taxas para regularização e as multas dos veículos. No mês que vem começa a cobrança do licenciamento obrigatório. Mais de 400 mil contribuintes ainda não regularizaram a documentação. PÁGINA 17

Lava-Jato amplia crise interna na PGR

Vice-procurador-geral exige que a chefe da operação em São Paulo explique os motivos da saída de sete procuradores das investigações. A atuação de Viviane Martinez é questionada por integrantes da força-tarefa no estado. PÁGINA 4

Setembro Verde contra o câncer

O médico Edvaldo Lima detalhou ao CB.Poder os aspectos do tumor colorretal, que vitimou o ator Chadwick Boseman. PÁGINA 17

Nanocorpos para combater a covid

Proteínas minúsculas produzidas por camelos impedem que o vírus infecte células. Agora, cientistas estudam uso das moléculas em humanos. PÁGINA 12

Sorte
Mega-Sena pagará mais de R\$ 95 milhões neste sábado

PÁGINA 16

Viagem
Após 5 meses, TAP retoma voos entre Brasília e Lisboa

PÁGINA 7

Do pop rock ao pagode baiano!

O fim de semana chega recheado de shows em formato drive-in. Os mineiros do Jota Quest apresentam os grandes sucessos da carreira, enquanto o Harmonia do Samba promete mostrar a suíngueira característica da banda. Ainda tem teatro e atrações infantis. Aproveite!

Oscar Quintanilha/Agência



PÁGINA 22



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .